



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
SERGIO AROUCA
ENSP

Contribuições da Escola Nacional de Saúde Pública ao Documento de Referência do VII Congresso Interno

O texto foi produzido a partir de uma reunião geral, uma assembleia e com contribuições encaminhadas para um email institucional criado para este fim. Foi discutido com os delegados titulares e suplentes, reunidos no dia 11 de agosto de 2014.

PROPOSTAS DA ENSP:

INCLUIR NA INTRODUÇÃO AO DOCUMENTO AS SEGUINTESS CONSIDERAÇÕES:

Uma primeira consideração geral ao documento e, principalmente, ao processo encaminhado para a realização do VII Congresso Interno, diz respeito ao seu formato. O documento de referência tem uma apresentação bastante diferente de Congressos anteriores, as teses não estão apresentadas de forma clara e a interação com o documento é difícil. Este formato também incide na metodologia de trabalho a ser adotada no Congresso, em especial como serão feitos os destaques e a discussão do proposto.

Algumas definições do VI Congresso servem de base para este Congresso e que outras questões, que ficaram em aberto naquele Congresso, serão apresentadas em documento adicional para deliberação neste Congresso. Tendo em vista que muitos delegados podem não ter participado da discussão do VI Congresso e que mesmo os que participaram podem não ter mais clareza do que ficou em aberto, cabe explicitar as teses que foram definidas e aprovadas, além das questões que ainda serão motivo de discussão. **DISPONIBILIZAR ATÉ O DIA 15 DE AGOSTO, A FIM DE POSSIBILITAR A DISCUSSÃO NO CONTEXTO DAS UNIDADES.**

Ressalte-se ainda que o tempo para discussão do documento nas unidades foi muito curto. É preciso garantir que nos próximos Congressos seja dado o tempo suficiente para as discussões nas unidades. Considera-se que as decisões a serem tomadas neste VII Congresso Interno correm o risco de serem feitas com um debate superficial, sem a pactuação da comunidade para que se operacionalize, inclusive, uma metodologia futura de monitoramento e avaliação, tal como proposto pela Presidência para continuidade do processo interno.

Um segundo conjunto de considerações ao documento diz respeito à estrutura do texto e objetivos do mesmo. Considera-se que o documento avança na construção do debate acerca da necessidade de um planejamento de longo prazo ao apresentar: (1) um balanço do ciclo passado; (2) os desafios da ciência, tecnologia e inovação em saúde; (3) as diretrizes estratégicas para a Fiocruz; (4) a definição de um momento pós-Congresso, com a participação dos diferentes agentes da instituição na construção das estratégias para monitoramento e avaliação; (5) a proposta de construção de uma política com ações mais integradas na Fiocruz; e (6) os objetivos corporativos para a gestão.

Quanto ao balanço do período e principais resultados alcançados:

O texto não valoriza devidamente as unidades da Fiocruz e suas experiências no ensino, na pesquisa, na cooperação e nos serviços, embora seja mencionado o desafio representado pela diversidade e complexidade institucionais.

Trata-se também de um texto de balanço que não explicita os conflitos e problemas de algumas iniciativas, tomando como exemplos de sucesso experiências que ainda merecem uma avaliação mais precisa.

Para um texto de balanço, considera-se que é preciso avançar numa análise crítica que acompanhe a exposição das diferentes contribuições institucionais no período, sucessos e insucessos, ações e decisões, de modo a subsidiar a decisão de futuro que ora se demanda.

Alguns temas importantes também deveriam ser incluídos neste balanço e não estão trabalhados no documento. Destaque-se, em especial, o papel do sistema na oferta da assistência hospitalar e as dificuldades que se agudizam com o crescimento do setor privado.

Seria recomendável retomar algumas questões e tornar explícito o projeto político que se deseja capitanear para o sistema de saúde neste momento. Uma discussão ampliada nesse sentido se faz necessária tendo em vista que **as demandas que mobilizam o SUS na relação entre gestores-usuários-profissionais de saúde-mercado em saúde.**

Quanto aos desafios da ciência, tecnologia e inovação em saúde

O documento assume pressupostos acerca da missão e visão institucional que merecem ser discutidos, como: crescimento/desenvolvimento, financiamento público e modelo de gestão. Retomar estes aspectos é importante para a construção de uma perspectiva crítica de nosso próprio percurso, reavaliando inclusive escolhas já realizadas.

Também neste item não está representada a agenda internacional, ainda que a própria avaliação interna proposta para a Fiocruz projete mecanismos em que nos medimos por critérios internacionais em diversos aspectos.

Quanto às diretrizes estratégicas para a Fiocruz

O documento apresenta um texto geral de balanço e desafios que não estão refletidos nas diretrizes. Os textos iniciais são genéricos e pouco específicos, enquanto na definição de diretrizes são apresentados objetivos e ações institucionais que detalham como deverão se desenvolver os processos institucionais, com definições bastante específicas que já refletem decisões institucionais prévias, expressas num modelo estruturado.

O novo modelo de avaliação será definido a partir deste modelo estruturado. Ao assumir apenas superficialmente os problemas e apresentar a continuidade de muitas das ações assume o sucesso e a não necessidade de avaliar para mudar. Isto parece contraditório também com a proposta para o próximo quadriênio em que a avaliação e o monitoramento permanente passariam a ser inerentes ao processo de trabalho.

O documento mistura 'Fiocruz saudável' com 'agenda estratégica'. Ao mesmo tempo que menciona o Planejamento a Longo Prazo, reforça as ações de curto prazo, sem deixar claro como contribuiriam para esta longa duração das ações. O documento deveria apontar para o futuro, para os desafios que a sociedade coloca para o sistema de saúde e os caminhos que deveríamos trilhar.

O documento trata de forma tímida a comunicação como campo de conhecimento e como estratégia essencial na relação do Estado com a sociedade, com práticas que permitam a transparência e interação da Fiocruz com a sociedade. Deve-se ainda considerar que para a efetiva atuação deste campo é necessário a discussão das bases tecnológicas e de infraestrutura com compromisso de investimento para a sua realização.

Quanto à proposta de construção de uma política com ações mais integradas na Fiocruz

O documento apresenta alguns conceitos como rede e educação permanente que não são acompanhados de uma reflexão sobre o projeto político que sustentam. No caso específico da proposta de conformação de esforços em rede, pode-se pensar em comunicação, interação, transparência, e participação, mas também pode ocorrer centralização e fragmentação de esforços se não há entendimento do que é a especificidade e contribuição de cada elo que compõe a rede, no caso as unidades da Fiocruz e seus parceiros. No caso da educação permanente, pode-se confundir com educação continuada, capacitação ou simplesmente oferta de materiais auto-instrucionais. Neste sentido, cada projeto capitaneado na instituição precisa ser visto em detalhe.

PROPOSTA ENSP:

OS EXEMPLOS UTILIZADOS NO DOCUMENTO DE REFERÊNCIA COMO EXITOSOS NA EXPERIÊNCIA RECENTE MERECEM UMA DISCUSSÃO INTERNA E AVALIAÇÃO, COM RECONHECIMENTO DE POTENCIALIDADES E DESAFIOS.

Considera-se também que o compromisso institucional com a atenção às demandas deve estar atrelado ao rigor na discussão prévia sobre a pertinência dos projetos, o que deve ser uma atribuição das unidades envolvidas no desenvolvimento dos mesmos.

Outro aspecto importante de se mencionar é que a instituição deve atentar para não configurar um modelo de gestão que tenha sustentação na captação de recursos extra-orçamentários, pois poderá tornar a instituição refém das demandas e deixar de lado o projeto de consolidação institucional da Fiocruz no âmbito do Estado brasileiro. Neste sentido, deve-se considerar que a relação com alguns demandantes, como o Ministério da Saúde (ao qual também estamos vinculados institucionalmente) deveria ser estabelecida de forma integrada e não necessariamente por intermédio de contratos, somando-se aos recursos orçamentários da instituição, garantindo uma política de continuidade para a saúde. A Fiocruz perde algo caro quando abre mão de estar dentro do orçamento, porque vira operador de uma política que é pouco capaz de construir. A depender da conjuntura política poderão existir perdas importantes para a Fiocruz, o que exige a definição de diretrizes que sustentem a política institucional independente do alinhamento com o governo.

Ainda sobre a questão do recurso, considera-se que todo recurso que entra na Fiocruz, tesouro e extraorçamentário, deve estar explicitado para a instituição e compor a programação e planejamento das atividades, em especial considerando o impacto institucional que gera nas atividades cotidianas das unidades.

Por último, considera-se que é preciso de fato avançar num modelo de gestão que seja capaz de garantir a execução orçamentária. Os mecanismos institucionais adotados no âmbito da administração pública dificultam a execução e precisam ser discutidos em fóruns do governo.

Na página 3 (documento original) - Na condição de “instituição estratégica de saúde para o Estado”, a Fiocruz firma compromisso inalienável com a sociedade. **PROPOSTA ENSP: SUBSTITUIR: PELO TEXTO: INSTITUIÇÃO ESTRATÉGICA DE SAÚDE DO ESTADO**

Página 4 (DOCUMENTO ORIGINAL) – “O processo de formulação estratégica adotado no VI Congresso Interno segue como importante referência neste novo Congresso. O VI Congresso teve como ponto de partida a identificação de variáveis e a análise de tendências e desafios do ambiente externo, nas várias dimensões afetas à organização. Considerou ainda os fatores positivos e negativos relacionados ao ambiente interno, para daí derivar os objetivos estratégicos.”
Comentário: Define-se que seguirá a metodologia de trabalho do VI Congresso, assumindo que esta foi considerada adequada ao formato do Congresso. Sugere-se incluir o que direciona esta mudança de metodologia e quem a validou na instituição. As teses são necessárias para discussão do Congresso, pois o papel deste é a discussão de teses e diretrizes.

PROPOSTA ENSP: NO TEXTO MAPA ESTRATÉGICO DO PLP (FIGURA 1): MANTER A PALAVRA COOPERAÇÃO.

PROPOSTA ENSP QUANTO A MUDANÇAS NO ESTATUTO DA FIOCRUZ.

ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS DE VULTO, TAIS COMO AS PROPOSTAS PARA O SISTEMA DE PLANEJAMENTO, PARA A ESTRUTURA E PROCESSOS DECISÓRIOS INTERNOS, E OUTRAS DE GRANDE VULTO NÃO DEVEM SER TOMADAS NESTE CONGRESSO, DEVENDO SEREM REMETIDAS A UMA PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA, COM AMPLA DISCUSSÃO E AMADURECIMENTO INTERNO DAS SUAS ALTERNATIVAS E RESPECTIVAS REPERCUSSÕES.

Comentário: Mencionar que pontos relativos ao VI Congresso devem ser apreciados, na forma de destaques. O documento com os destaques deveria ser apresentado antes do Congresso de modo a possibilitar a discussão nas unidades.

Na página 6 (documento original) -

PROPOSTA: NO CAMPO DA FORMAÇÃO DE QUADROS PARA O SUS A LIDERANÇA DA FIOCRUZ OCORRE PRINCIPALMENTE PELA ATUAÇÃO DAS ESCOLAS DA FIOCRUZ, RESSALTANDO-SE A ENSP, UMA UNIDADE DE ENSINO. A NÃO MENÇÃO A ESTA UNIDADE – BEM A COMO A ESCOLA POLITÉCNICA - E A REFERÊNCIA À ESCOLA DE GOVERNO EM SAÚDE EM BRASÍLIA REFORÇA A PERCEPÇÃO DE QUE SE DESEJA CONCENTRAR NA PRESIDÊNCIA A INTERMEDIÇÃO PARA A FORMAÇÃO, RETIRANDO DA SUA PRINCIPAL UNIDADE FORMADORA ESTE PAPEL. O MESMO OCORRE AO MENCIONAR A CONSOLIDAÇÃO DA UNA-SUS NA FIOCRUZ E NÃO MENCIONAR A EXPERIÊNCIA DE 16 ANOS DE EAD COM PRÓXIMO A 80 MIL ALUNOS FORMADOS. É PRECISO GARANTIR O PAPEL E MISSÃO DAS UNIDADES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO E FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.

Página 7

Comentário e proposta: A iniciativa da Fiocruz, Conass e Conasems novamente não inclui o papel das unidades neste processo. De que modo a Presidência consegue executar tais iniciativas senão contando com a parceria e engajamento das unidades?

PROPOSTA: AS INICIATIVAS DE TRABALHO EM REDE DEVEM CONTEMPLAR PARCERIAS EFETIVAS, COM PARTICIPAÇÃO EM TODO O PROCESSO DE PLANEJAMENTO. NECESSÁRIO QUE OS PROCESSOS SEJAM CONSTRUÍDOS DESDE AS UNIDADES TÉCNICO-CIENTÍFICAS DA FIOCRUZ, RESPONSÁVEIS PELAS ATIVIDADES FINALÍSTICAS. À PRESIDÊNCIA NÃO CABE O PAPEL EXECUTIVO, MAS PRINCIPALMENTE, A COORDENAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DA COOPERAÇÃO INTERUNIDADES.

Página 7 - Comentário: Este Congresso poderia definir como criar estratégias de diálogo, a

transparência dos processos, desde a chegada das demandas, a definição de desenvolvimento e acompanhamento institucional ajudaria a compor as estratégias de diálogo.

Proposta da ENSP: EMENDA SUPRESSIVA PARA O TEXTO SEGUINTE: “O macroprojeto Presença Nacional da Fiocruz, de importância fundamental para a organização, inclui a institucionalização de escritórios da Fiocruz nos estados de Rondônia, Mato Grosso do Sul, Ceará e Piauí; a formalização do Instituto Carlos Chagas no arcabouço jurídico institucional da Fiocruz; e o reconhecimento da Fiocruz Brasília como um centro de formação e integração que serve a toda a Fiocruz. A ampliação de que se trata neste macroprojeto não se restringe a consolidar exclusivamente estes escritórios, mas propõe, sobretudo, articular nacionalmente a presença da Fiocruz, considerando o conjunto de unidades já existentes. Esta agenda expressa um desafio crucial para a Fiocruz – tornar-se efetivamente um agente do processo de desenvolvimento em nível local e regional, contribuindo de fato para a redução das desigualdades e iniquidades em âmbito nacional. É preciso destacar, neste campo, os recentes movimentos relacionados ao Fórum das Unidades Regionais, que incluem os escritórios da Fiocruz no Ceará, Mato Grosso do Sul e Rondônia; as unidades do Amazonas, da Bahia, de Minas Gerais, de Pernambuco, do Paraná; e a Fiocruz Brasília, coordenadora. Este Fórum vem se consolidando como um importante espaço de formulação, visando a maior integração nacional da instituição. No entanto, esta agenda ainda carece de maior sistematização e racionalidade, tais como planos diretores articulados e segundo diretrizes estratégicas corporativas. Embora relevante,”

3.3. Complexo Produtivo e de Inovação em Saúde

Na pág. 12 - PROPOSTA DA ENSP: SUPRIMIR DO DOCUMENTO O PARÁGRAFO: “Neste eixo, uma importante conquista recentemente obtida foi a aprovação, em plenária extraordinária do VI Congresso Interno da Fiocruz, da mudança do regime jurídico do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos), da condição de unidade técnico-científica da Fiocruz para empresa pública. O processo, amadurecido ao longo dos últimos anos tanto internamente quanto junto a diversos órgãos do executivo federal, com destaque para o Ministério da Saúde, expressa um grande salto institucional, com significativos desafios de inovação na gestão, tanto para Bio-Manguinhos quanto para o conjunto da instituição. Aguarda-se para os próximos meses a apreciação de projeto de lei respectivo pelo Legislativo federal e finalmente a sua sanção pelo Executivo. Sem dúvida, um dos maiores desafios para o próximo ciclo de planejamento será o processo de transição de Bio-Manguinhos para o regime de empresa pública, o que deverá demandar esforços consideráveis das áreas de planejamento e gestão em geral, tanto no âmbito da Fundação quanto no âmbito da futura empresa. “

Quanto ao proposto para o item Saúde, Estado e Cooperação Internacional

PROPOSTA DA ENSP: AS RELAÇÕES ENTRE A PRESIDÊNCIA E SUAS ESTRUTURAS (CRIS) E ISAGS E NETHIS , INCLUSIVE NAS QUESTÕES ORÇAMENTÁRIAS E QUE ENVOLVEM TERMOS DE COOPERAÇÃO COM TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS, DEVEM SER CLARAS E SEREM EXPLICITADAS PARA A COMUNIDADE E PARA A SOCIEDADE EM GERAL.

No item Inovação da gestão, no parágrafo que se inicia com “Houve também importantes avanços na área da gestão ambiental. Entre os projetos de potencial impacto nos resultados esperados...”
PROPOSTA DA ENSP: INCLUIR ...EMERGÊNCIAS.... DOENÇAS CRÔNICAS, INVENTÁRIO DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS. INSTITUIR UMA POLÍTICA INSTITUCIONAL DE BIOSSEGURANÇA

PROPOSTA ENSP: INSTITUIR MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO GERENCIAL.

Na Pág.16 (documento original)

Comentário: O mapeamento de processos é ainda pontual, porque não é possível avançar em mapeamento sem condições adequadas para funcionamento. Inserção e qualificação.

PROPOSTA ENSP: SUPRIMIR O TRECHO “O projeto está em andamento, muito embora se registre atraso, com previsão de aquisição de solução para 2015.”, POIS NÃO HÁ INDICATIVO QUE ELE ESTEJA EM ANDAMENTO.

3.7. Síntese e Conclusões relativas a Avaliação de Desempenho no Período

Comentário: Sobre a avaliação de desempenho: os problemas são apresentados de forma tímida, é preciso avançar neles para que possamos definir diretrizes e estratégias para o futuro. Os pontos positivos sobressaem e muitos pontos negativos não são mencionados. Algumas experiências são apresentadas como exitosas quando ainda não passaram por avaliações mais precisas.

4. A Fiocruz e os grandes desafios da ciência, tecnologia e inovação em saúde.

Página 18 Comentário: O desafio do crescimento deveria ser associado ao desafio de desenvolvimento sustentável e responsável, com o compromisso com os direitos humanos e de inclusão social.

Página 19 – Comentário: Deveria ser apresentado o dilema que o sistema público de saúde enfrenta no que tange à privatização, com a utilização de recursos públicos que alimentam por dentro do sistema a iniciativa privada, desde a indústria aos serviços, o que também relaciona-se com o modelo de gestão que se deseja adotar.

Comentário e PROPOSTA ENSP:

O que se percebe é o continuado agravamento das condições do financiamento público em saúde, aumentando a sua criticidade, sendo sem dúvidas, expressão da timidez com que governos sucessivos se esquivam em tomar o SUS como campo de maior responsabilidade estatal. Sobressaem-se medidas paliativas, de menor expressão, como os *royalties* do petróleo, e que não enfrentam tanto a sustentabilidade do sistema em seu estágio atual e muito menos cuidam da sua expansão a novas e crescentes demandas de saúde. Medidas legislativas visando assegurar fontes mais expressivas seguem sendo proteladas, apesar de nítidos e crescentes sinais do subfinanciamento, comprometendo não apenas a qualidade da atenção, mas também o acesso. Este ano de 2014 apresenta realidade com expressivos alertas quanto ao estrangulamento alcançado, sem sinais de melhoria no curto prazo. Sem abrir mão da permanente melhoria da eficiência nos gastos, destravar e expandir o financiamento público em saúde no país, e, sobretudo, no âmbito federal, é imperioso e motivo de atenção e mobilização de todas as instituições públicas de saúde e do papel que possuem enquanto compromisso com a sociedade.

Página 20 – “Em outra frente, o SUS inova ao articular melhor ações de produção e desenvolvimento de insumos estratégicos de modo combinado ao poder de compra público, ao incremento da capacidade de produção nacional e a mais domínio tecnológico no país. A política e ações de desenvolvimento do complexo produtivo da saúde são reconhecidas e articulam outras políticas de governo, tomando parte importante da política setorial industrial nacional e de desenvolvimento tecnológico.” Comentário: Também há desafios neste arranjo do complexo produtivo que precisam ser explicitados, pois o ganho de capital do setor privado não é trivial.

Página 20 – “Apesar dos resultados do SUS, os desafios à frente são inúmeros, podendo ser sintetizados em acesso, qualidade e equidade. Sem a pretensão de ser panaceia, o Programa Mais Médicos é mais um passo e ganha apoio inquestionável da sociedade, se expande e toca em importante ferida, a formação e distribuição desigual de profissionais no país, tomando por referência o SUS”. Comentário: Apesar de não ter a pretensão de panaceia, acaba por assumir o Programa Mais Médicos sem existir uma análise mais distanciada do mesmo.

Na página 20 (do documento original)-

PROPOSTA DA ENSP: SUPRIMIR O PARÁGRAFO “OUTRA DIMENSÃO...”, DA PÁGINA 20. UM DOS MOTIVOS É QUE NÃO HÁ UMA AVALIAÇÃO QUE SUSTENTE ESSA AFIRMAÇÃO.

INCLUIR:

É PRECISO AVANÇAR NUMA ANÁLISE DA COMPLEXIDADE DAS RELAÇÕES QUE MOBILIZAM A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE SAÚDE E COMO SE EXPRESSA O DEBATE EM TORNO DA PRIVATIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO E DA GESTÃO EM SAÚDE. ASSIM COMO, O DEBATE INTERNACIONAL SOBRE COBERTURA UNIVERSAL EM SAÚDE E SUAS IMPLICAÇÕES PARA NOSSO SISTEMA DE SAÚDE, INCLUSIVE NO QUE TEM SIDO A TENSA RELAÇÃO COM OS PRESTADORES DE SERVIÇO E INDÚSTRIAS DA SAÚDE, EXIGINDO UMA POLÍTICA DE REGULAÇÃO CLARA DO ESTADO, QUE O FORTALEÇA.

QUANTO AO ITEM ATENÇÃO, VIGILÂNCIA E FORMAÇÃO PARA O SUS

PROPOSTA DA ENSP:

1)

ALTERAR A REDAÇÃO DO EIXO PARA: ATENÇÃO, PROMOÇÃO, VIGILÂNCIAS E FORMAÇÃO PARA O SUS. DEVERIA SE INCLUIR A FORMAÇÃO PARA C&T E SUS.

2)

NA VISÃO: “SER INSTITUIÇÃO DE REFERÊNCIA NA VIGILÂNCIA EM SAÚDE, NA FORMAÇÃO DE QUADROS PROFISSIONAIS PARA O SUS E EM MODELOS DE ATENÇÃO NOS CAMPOS MATERNO-INFANTIL, DE INFECTOLOGIA E ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE.” A FORMAÇÃO DEVERIA VOLTAR-SE TAMBÉM PARA PROFESSORES E PESQUISADORES E NÃO APENAS PARA QUADROS PROFISSIONAIS PARA O SUS. NESTE PONTO INDICA O PROJETO VOLTADO PARA A FORMAÇÃO DE QUADROS PARA O GOVERNO LIMITA A ATUAÇÃO DA FIOCRUZ. TAMBÉM ESTÁ RESTRITO O CAMPO DE ATUAÇÃO COM A ESPECIFICAÇÃO DE MODELOS DE ATENÇÃO, MATERNO-INFANTIL, INFECTOLOGIA E ATENÇÃO PRIMÁRIA. NO ÂMBITO DA FORMAÇÃO TEM SIDO MUITO MAIS ABRANGENTE QUE ISSO.

3)

NA PÁGINA 33 (DOCUMENTO ORIGINAL) COMENTÁRIOS: QUAL O MODELO INTEGRADO DE INSTITUTO QUE SE PRETENDE ADOTAR; O QUE SIGNIFICA IMPLANTAR UMA PLATAFORMA INTEGRADA. DEVE-SE GARANTIR A AUTONOMIA OPERACIONAL DAS UNIDADES COM COMPROMISSO DE INTEGRAÇÃO DAS INFORMAÇÕES, MAS NÃO NECESSARIAMENTE UM MODELO ÚNICO. A ADOÇÃO DE UM MODELO ÚNICO PODERÁ IMPLICAR EM RESPOSTAS LENTAS AOS PROCESSOS COTIDIANOS DE GESTÃO DAS UNIDADES. NO CAMPO DA GESTÃO ACADÊMICA ESTE TEM SIDO UM PONTO NEVRÁLGICO.

4)

NECESSÁRIO APROFUNDAR A DISCUSSÃO SOBRE AS PROPOSTAS CONTIDAS NESSE EIXO, BEM COMO SOBRE SUAS REPERCUSSÕES PARA AS UNIDADES ESPECÍFICAS, E PARA O CONJUNTO DA FIOCRUZP. Por que restringe-se a captação de quadros para os Institutos? Quais as implicações de atualizar e integrar tecnologias para plataformas Una-Sus e EAD? Que registro eletrônico se quer consolidar (Alert)? Qual o modelo de gestão em discussão para os Institutos?

Página 21 – Programas e iniciativas são apontados como exitosos sem a necessária avaliação. PROPOSTA DA ENSP EXPLICITADA ANTERIORMENTE.

Página 21 – “Considerando apenas o período mais recente da história do SUS, em particular a partir da década de 1990...UNA-SUS.”

COMENTÁRIO: HÁ UMA VALORIZAÇÃO DO PAPEL DAS ESCOLAS DE GOVERNO E TRABALHO COM AS REDES DE ESCOLA. O ENSINO É VALORIZADO NUMA PERSPECTIVA VOLTADA PARA GOVERNOS E LÓGICA PROFISSIONALIZANTE. HÁ UM RISCO NESTA REDUÇÃO DE UMA FORMAÇÃO ENCAPSULADA NA ATENÇÃO DIRETA ÀS DEMANDAS DE GOVERNO SEM UMA PERSPECTIVA MAIS AMPLA DE FORMAÇÃO PARA O ESTADO, COM MAIOR ÊNFASE NA QUALIDADE QUE GARANTA SOLUÇÕES MAIS PERMANENTES E MULTIPLICAÇÃO EFETIVA DE QUADROS E COMPETÊNCIAS, E NÃO APENAS A SOLUÇÃO EMERGENCIAL E IMEDIATA DE DEMANDAS. DEVE-SE PERGUNTAR SE ESTE É DE FATO UM MODELO DE REDE. TANTO O CONCEITO DE REDE COMO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE DEVERIAM SER EXPLORADOS E PACTUADOS NESTE CONGRESSO.

Página 22 - Comentário: Novamente apresenta-se a questão se a formação volta-se para governos ou volta-se para o pensamento crítico, inclusive na inserção profissional. O conceito de rede e inovação é apresentado de forma esvaziada e não há menção a experiência de 16 anos do EAD/ENSP, que conta com o reconhecimento do MEC e toda a comunidade pela excelência de seu trabalho. A integração não pode borrar as especificidades e autonomia das unidades e alinhamento ao SUS não pode ser sem um pensamento crítico sobre a realidade.

Página 23 – “Nossa experiência na atenção básica com a consolidação do projeto TEIAS Manguinhos e o avanço do processo de acreditação internacional em curso...”.

Comentário: Para que estes processos de discussão possam de fato contribuir é preciso repensar o que são as Câmaras Técnicas, desde sua periodicidade, organização do trabalho e encaminhamento das discussões.

4.5. Saúde, Estado e Cooperação Internacional

Página 29 – “Entre os avanços acordados, destaca-se o aprimoramento da governança nesse campo, com a proposta de uma cooperação compartilhada, baseada no planejamento estratégico conjunto, centrado na realidade dos países, tanto em termos de suas necessidades, como da disponibilidade de recursos para implementação de projetos.”

Comentário: Deve-se considerar que é preciso avançar em projetos que garantam minimamente as condições para realização destas cooperações, pois atualmente nossos profissionais seguem para os países muitas vezes sem acordos internacionais, com vistos temporários sem respaldo legal (como no Escritório em Moçambique), sem seguros garantidos e outros. Além disso, é preciso que os projetos tenham o compromisso com a efetivação e finalização dos mesmos, considerando experiências recentes, como o Haiti, que com o término do recurso não é mais possível finalizar o projeto em curso, estando este em aberto.

No item 5 - Missão, Visão, Valores e as Perspectivas para o Longo Prazo – PLP (2022), conta que As definições apreciadas no VI Congresso encontram-se atuais. O VII Congresso deve assumir a manter as proposições aprovadas no VI Congresso.

Comentário: A afirmativa que as definições do VI encontram-se atuais reforça a necessidade de se apresentar claramente o que foram as teses e proposições aprovadas.

PROPOSTA ENSP: INCLUIR E REAFIRMAR A MISSÃO E OS VALORES QUE ORIENTAM A ATUAÇÃO DA FIOCRUZ. INCLUIR A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE PÚBLICO SOBRE SUA GESTÃO, PAUTADA PELA TRANSPARÊNCIA E RESPONSABILIDADE SOCIAL.

Quanto ao Eixo Ciência e Tecnologia, Saúde e Sociedade.

PROPOSTAS DA ENSP:

1) ACRESCENTAR AO EIXO A PALAVRA COMUNICAÇÃO, DA SEGUINTE FORMA: Ciência e Tecnologia, Saúde, **Comunicação e Sociedade**

2) NOS RESULTADOS PARA A SOCIEDADE: SUPRIMIR , no item 4, “e dar publicidade”. Acrescentar, nesse item “ampliando o diálogo e fortalecendo o controle social sobre o tema, contribuindo para o exercício da cidadania.”

3)

No item Processos internos, **INCLUIR ESTRUTURAR E IMPLEMENTAR REGRAS PARA A CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE BIORREPOSITÓRIOS E BIOBANCOS SEGUNDO REGULAMENTO EXISTENTE PORTARIA MS 2201 DE 2011 E RES CNS 441/2011; INTEGRAR REDES INTERNACIONAIS DE BIORREPOSITÓRIOS E BIOBANCOS. E Explicitar o que é o alinhamento da agenda, o que se espera de forma específica.**

4) **INCLUIR DINAMIZAR E FORTALECER LINHAS DE PESQUISA (NOVAS E JÁ EXISTENTES) NA ÁREA DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO EM SAÚDE; CONSTRUIR E IMPLEMENTAR UMA POLÍTICA INTEGRADA DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DA FIOCRUZ; PROMOVER AÇÕES INTEGRADAS DE POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA E DA SAÚDE.**

PROPOSTA DA ENSP: NO ITEM PROCESSOS INTERNOS, DO EIXO COMPLEXO PRODUTIVO E DE INOVAÇÃO EM SAÚDE

1)

SUBSTITUIR TÓPICO “DESENVOLVER NOVOS MODELOS DE COOPERAÇÃO VOLTADOS PARA A INOVAÇÃO (INOVAÇÃO ABERTA)”, POR “DESENVOLVER NOVOS MODELOS DE COOPERAÇÃO VOLTADOS PARA A INOVAÇÃO (INOVAÇÃO ABERTA), LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO AS ABORDAGENS ABERTAS DE GESTÃO DA TECNOLOGIA E DA PROPRIEDADE INTELECTUAL EM DISCUSSÃO NA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (RELATÓRIO DO CEWG*) E ASSEGURANDO ACESSO ÀS TECNOLOGIAS DESENVOLVIDAS. * CEWG – GRUPO CONSULTIVO DE ESPECIALISTAS EM SAÚDE PÚBLICA, INOVAÇÃO E PROPRIEDADE INTELECTUAL.

2) **INCLUSÃO DE NOVO ITEM.**

“ELABORAR ESTIMATIVAS DE CUSTO DE PRODUÇÃO DE MEDICAMENTOS ADOTADOS PELO SUS PARA CONTRIBUIR COM SETORES DE NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE NO AUMENTO DO SEU PODER DE BARGANHA PARA REDUÇÃO DE PREÇOS DESSES MEDICAMENTOS.”

No item 7 (OBJETIVOS CORPORATIVOS PARA A GESTÃO) FORAM SUSCITADOS OS SEGUINTE COMENTÁRIOS E PONDERAÇÕES:

PÁGINA 42 (ORIGINAL) - COMENTÁRIO: É A PRIMEIRA MENÇÃO AO SISTEMA DE GOVERNANÇA SEM EXPLICITAR O QUE SERÁ ESTE APERFEIÇOAMENTO. O QUE É A MENÇÃO AOS CENTROS DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS? O QUE NORTEIA A ORGANIZAÇÃO DE CADA UM DOS MODELOS APRESENTADOS? SÃO GENÉRICOS SEM DIZER DO QUE SE TRATA.

COMENTÁRIO: O QUE OS MAPAS E FIGURAS NESTE DOCUMENTO ESCLARECEM OS DELEGADOS DESTE CONGRESSO?

Comentário: O quadro apresenta uma coluna para a agenda e outra para os objetivos gerenciais, mas há itens e uma e outra coluna que se expressam de forma indiferenciada. É importante uma discussão do que se define aqui como agenda e como objetivos.

O quadro também repete termos como integração, plataforma, modelagem que precisam estar devidamente claros no projeto previamente apresentado.

PROPOSTA DA ENSP:

INCLUIR: AVANÇAR NO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO, ASSUMINDO COMO PRINCÍPIO A TRANSPARÊNCIA NA ALOCAÇÃO DE RECURSOS. E QUE A ÊNFASE COLOCADA NAS METAS QUANTITATIVAS CUJO CONTROLE PARECE MAIS FÁCIL, NÃO PERMITE A DISCUSSÃO DE SEU SIGNIFICADO E IMPACTO.

Comentário: O documento do Congresso não apresenta o que fundamenta a proposta do modelo de gestão sinalizado na agenda global e objetivos corporativos. O mapa estratégico que define objetivos gerenciais e recursos basais com orientação sobre como deve ser feito reforça uma lógica de organização central com risco de perda de autonomia pelas unidades. Direciona uma política institucional única, com um modelo para toda a instituição, que se aprovado neste Congresso poderá pôr em risco colegiados hoje atuantes na instituição, como o próprio Congresso Interno.

Assim, reforça a atuação da Presidência, abarcando atribuições que seriam de uma estrutura de caráter executivo, o que é contraditório com o que está definido no regimento da Fiocruz, onde a condução de processos com o caráter executivo é das unidades técnico-científicas. Será a primeira vez que não se discutirá o Plano Plurianual da Fiocruz e a definição do monitoramento das ações esvazia o papel do Congresso na orientação político-institucional. Os mecanismos de governança como colegiados, câmaras técnicas e outros precisam DELIBERAR E SE REUNIR COM periodicidade e forma de acompanhamento dos processos. De forma específica, a política de investimentos da Fiocruz precisa ser discutida e acordada com as unidades e não pode ser definida no âmbito exclusivo da Presidência.

PROPOSTA DA ENSP: INCLUIR

1)

"OS MECANISMOS DE GOVERNANÇA COMO COLEGIADOS, CÂMARAS TÉCNICAS E OUTROS PRECISAM DELIBERAR E SE REUNIR COM PERIODICIDADE E AVALIAR EFETIVAMENTE OS PROCESSOS. DE FORMA ESPECÍFICA, A POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DA FIOCRUZ PRECISA SER DISCUTIDA, ACORDADA E DELIBERADA DE FORMA COLETIVA COM AS UNIDADES E NÃO PODE SER DEFINIDA NO ÂMBITO EXCLUSIVO DA PRESIDÊNCIA, OU DESSA COM CADA UNIDADE INDIVIDUALMENTE".

2)

"A PROPOSTA DE POLÍTICAS MAIS INTEGRADAS NA FIOCRUZ DEVE SER CONSTRUÍDA A PARTIR DE UM PLANEJAMENTO ASCENDENTE, COM A PARTICIPAÇÃO EFETIVA DAS UNIDADES NA DEFINIÇÃO DAS PRIORIDADES E ESTRATÉGIAS, ATENTANDO-SE PARA QUE O DESAFIO DE INTEGRAÇÃO NÃO SE LIMITE AO SOMATÓRIO DAS UNIDADES."

8. Monitoramento e Avaliação das Deliberações

Página 45 – "Na etapa congressual terão sido definidos, nos mapas corporativo e por eixo, as principais questões estratégicas, além da agenda de mudança, os objetivos estratégicos e as principais diretrizes, faltando estabelecer os indicadores e respectivas metas, de modo a se construir uma efetiva agenda de monitoramento. Essa construção de indicador e meta, deve permear pelo menos três níveis: o da visão, o de resultados para a sociedade e o de processos internos, na forma de cascata, ou seja desdobrando-os e contemplando a dimensão temporal." **Comentário: Assume-se uma visão estritamente gerencial que é complicada em nosso contexto, por isso a necessidade de uma discussão madura dos processos e objetivos que se pretendem.**

Página 46 – "É desejável reforçar a sistemática recém-implementada de audiências públicas e outros eventos, com previsão de produtos de avaliação e instrumentos de comunicação que materializem a responsabilização, a transparência e a perspectiva de prestação de contas. Por fim é relevante definir o sistema de informação de suporte e as fontes de informação a serem utilizadas." **Comentário: É a primeira menção ao compromisso com a transparência. Este deveria ser um objetivo presente em todos os aspectos já mencionados até aqui e não apenas como um mecanismo para avaliação e monitoramento.**

Quanto às Diretrizes para a Relação Fiocruz – Fiotec

Página 48 - Quanto à maior integração institucional, todos os projetos operados com apoio da

Fiotec devem fazer parte do sistema de planejamento da Fiocruz em suas respectivas unidades e de modo alinhado aos eixos estratégicos aprovados neste Congresso, implicando em efetiva operacionalidade nos sistemas internos de planejamento, sob a coordenação da Diplan. Tal perspectiva deve considerar ao menos, os objetivos de cada projeto, os recursos envolvidos, os produtos e resultados alcançados. **Comentário: Tanto a Diplan como as unidades devem assumir esta responsabilidade com condições adequadas para o trabalho**

Sobre a concessão de bolsas, estas devem ser autorizadas, nos termos da legislação vigente e normas, tanto da Fiotec, quanto da Fiocruz, devendo estas ser aprovadas no prazo de 60 dias pelo CD Fiocruz. **Comentário: A ENSP é dentre todas as unidades a que mais capta projetos e recursos, estando apenas atrás da Presidência. Considerando este cenário é condição para a unidade avançar na consolidação de diretrizes que possibilitem o pagamento de bolsas para os profissionais. Algumas diretrizes foram discutidas pelo GT constituído pela Escola:**

1 – O pagamento de bolsa ao servidor deve considerar as regras estabelecidas na Instrução Normativa 01/2011 bem como a regulação da unidade referentes ao cumprimento das atividades regulares;

2 – No caso de projetos de pesquisa, o servidor assumirá o compromisso de produção acadêmica como resultado efetivo do projeto.